



Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DE REUNIÃO

INFORMAÇÕES GERAIS

LOCAL	DATA	HORA		DURAÇÃO/ CUSTO R\$
		INÍCIO	FIM	
SALA DE REUNIÕES DA PRESIDÊNCIA	21/03/2019	09:00	12:30	3h30min / 4.056,27

PARTICIPANTES

Nº	Nome	Função	Sector	Assinatura
1	Artur Cortez Bonifacio	Juiz de Direito	COMARCA DE NATAL - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
2	Diego Costa Pinto Dantas	Juiz de Direito	COMARCA DE EXTREMOZ - VARA ÚNICA	
3	Edilson de Melo Barbosa Junior	Auxiliar Técnico	COMARCA DE NATAL - 16ª VARA CRIMINAL	
4	Francisco Chiberio da Silva Júnior	Técnico Judiciário	COMARCA DE NATAL - 11ª VARA CRIMINAL	
5	Joao Batista Rodrigues Reboucas	Desembargador	PRESIDÊNCIA	
6	Jose Herval Sampaio Junior	Juiz de Direito	COMARCA DE CEARÁ MIRIM - 1ª VARA	
7	LARISSA STHEPHANE DE ARAUJO GOMES	Chefe de Subseção de Aperfeiçoamento do Des. Funcional	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
8	Maristela Rodrigues de Queiroz Freire	SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
9	Michellson Costa de Lima Cordeiro	Chefe de Divisão de Gestão Estratégica e Projetos	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
10	Patrycia Karina de Melo Onofre Araújo	Chefe de Gabinete de Secretaria	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
11	Paulo Celio Pinto Machado	Secretário de Orçamento e Finanças	SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	

OBJETIVO DA REUNIÃO

Apresentação e discussão de ações do Orçamento com o grupo de Priorização

PAUTA

1	Eleição do Presidente da Comissão
2	Apoio às Varas de Fazenda Pública em cálculos de RPV
3	Orçamento
4	Núcleo de Apoio Jurisdicional e da Secretaria Regional - Projeto que pode gerar custo que precisa ser inserido no PPA.
5	Secretaria Unificada
6	Redimensionamento

DISCUSSÃO

1	<p>A Secretária de Gestão Estratégica, Maristela Freire, iniciou os trabalhos com uma breve apresentação da pauta e após passou a palavra ao Secretário de Finanças, Paulo Machado, que inicia a discussão sobre a elaboração do PPA (Plano Plurianual), explanando a Execução Orçamentária 2018. Para elaboração da LDO, o secretário fala da necessidade da criação e continuação de projetos alinhados com o CNJ, e que de uma forma macro aguarda que até meados de Abril, tenha esses projetos para iniciar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária). Maristela, cita a importância do alinhamento do planejamento e orçamento, já que existem diretrizes a serem estabelecidas pelo CNJ. O presidente deste Tribunal, pede que os projetos, não sejam só alinhados com o CNJ, mas que também, com as necessidades do Tribunal. O PPA vigente tem várias subações que tem caráter de atividade, assim o secretário de finanças sugere a criação de novas subações com suas respectivas Metas e indicadores com visão de futuro para duas gestões, pois o desafio do Tribunal é que seus projetos sejam continuados a cada gestão. O magistrado, Diego Dantas, sugere que o que for delimitado no Comitê seja repassado para o próximo presidente, assim criando uma política de continuidade na instituição. O presidente acatou a sugestão e faz parte de suas metas essa visão de continuidade, assim como estabelecer "história" no tribunal, não havendo uma personalização de Gestão. O presidente fala que o Tribunal deve focar na área fim, assim como da necessidade de gestão para melhorias das atividades desenvolvida no TJRN.</p>
2	<p>Após os membros do Comitê, escolheram por votação quem seria o seu presidente. Tendo sido escolhido por maioria o magistrado Diego Dantas. Estabelecido o critério do juiz mais votado na eleição.</p>
3	<p>O magistrado, Artur Cortez, traz para a discussão a necessidade da execução do Redimensionamento da força de trabalho. Dr Artur, sugere que o número de servidores seja por equilíbrio, com primeiro lugar para varas de mesma competência. Sugere-se o equilíbrio das Varas da Fazenda Pública da Comarca de Natal. O Presidente, concorda e fala que deve ser analisado por cada competência, assim estabelecendo parâmetros justos.</p> <p>Dr Herval pede que seja registrado nesta Ata, que a AMARN concorda com o Redimensionamento Horizontal, porém só deve iniciar quando começar o Redimensionamento Vertical. O presidente, desembargador João Rebouças, pede que sejam observadas as resolução 219 e 243 sugere a elaboração de um Plano de Ação. A servidora Patrícia Karina, fala que para realização do plano é necessário, antes, reanalisar os critérios da Resolução do redimensionamento. Também devem-se ser analisadas as resoluções 194/CNJ (Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências) e 195/CNJ (Dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências), para assim uma melhor elaboração do Plano de Ação.</p> <p>Dr Diego Dantas, sugere que sejam debatidos nas próximas reuniões a análise do orçamento, a criação de diretrizes e que essas informações sejam levadas ao sindicato e AMARN e que seja dada prioridade a esse redimensionamento. Para o magistrado, o juiz leigo deve ser direcionado para onde não existe juizado. Pede que o Sindicato e demais presentes pensem em apoio de forma regional.</p>
4	<p>Para o Apoio às Varas de Fazenda Pública em cálculos de RPV, o Presidente informa que está em discussão a contratação de 20 estagiários de Contabilidade para auxiliar nos cálculos. Esses estagiários serão acrescentados na Equipe do Projudi.</p>
5	<p>Próxima reunião será dia 10 de Abril, às 14h:30.</p>

DECISÕES E PROVIDÊNCIAS

Ref. Disc.	Descrição	Responsável	Prazo Final
3	Trazer o orçamento do 1º Grau na próxima reunião	Paulo Machado	10/04/2019